



Número: **0849782-16.2018.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JALISON MARCEL DA SILVA BARBOSA (AUTOR)		KENNEDY LAFAIETE FERNANDES DIOGENES (ADVOGADO) EMANUELL CAVALCANTI DO NASCIMENTO BARBOSA (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO VIDA E PREVIDENCIA S/A (RÉU)		JOAO ALVES BARBOSA FILHO (ADVOGADO) ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
50238997	25/10/2019 14:46	2557070_PETICAO_INTERLOCUTORIA_CUSTAS_01	Outros documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08497821620188205001

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDENCIA S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JALISON MARCEL DA SILVA BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Inicialmente, como se verifica na sentença de ID.48244651, a parte promovida sucumbiu em parte mínima, sendo este, condenado no pagamento das custas e honorários advocatícios, vejamos:

Apesar da procedência parcial do pedido do autor, condeno-o ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa, vez que a seguradora ré sucumbiu de parte mínima de seu pedido, nos termos do art. 86, parágrafo único, do CPC. Todavia, esta condenação fica sob condição suspensiva de exigibilidade nos termos do art. 98, § 3º, do CPC, posto que este é beneficiário da justiça gratuita.

Assim, tendo em vista que a condenação é para o autor, não há que se falar em pagamento das custas finais em face do Réu.

Outrossim, tendo em vista que a parte autora é beneficiária de justiça gratuita, requer o arquivamento dos autos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 23 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

